

## **O PROCESSO TECNOLÓGICO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O APRIMORAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Maria do Socorro Oliveira de Almeida - Estudante - UEPB/CAMPUS IV  
Francineide Batista de Sousa Pedrosa - Estudante - UEPB/CAMPUS IV

### **RESUMO**

Este trabalho tem com objetivo fazer uma releitura da história da educação brasileira abordando o processo tecnológico como sendo fator crucial no desenvolvimento do país, bem como suas consequências no campo educacional. Em uma época de grandes avanços e transformações, os equipamentos eletrônicos foram pouco a pouco sendo incorporados no nosso cotidiano. Essas tecnologias se tornaram indispensáveis para a nossa vida por suas diversas possibilidades de uso, meios de aprendizagem, lazer, informação e comunicação, e acabam por ter forte influência na nossa forma de agir, pensar e se comunicar. Percebemos também que a educação está fortemente ligada ao desenvolvimento econômico, e o seu poder se concentra na forma como se desenvolve economicamente o país. Faremos uma abordagem da década de 30 ao ano 2000 focando no processo centralização/descentralização da educação numa época de grandes mudanças sociais no país. A escola como formadora de bons profissionais para o trabalho, apesar de ultrapassada, tem reflexos na sociedade atual, influenciando ainda o campo educacional. Para tanto, fez-se uma pesquisa de cunho bibliográfico para a análise dos dados, pautada em reflexões de Libâneo, Gadotti, Frigoto, Silva e Xavier, e tendo como estudos conclusivos, a concepção de que a educação reflete resquícios dos paradigmas passados. Uma vez, que não se pode erradicar por completo todo um modelo de estrutura educacional, em detrimento do novo. Apesar do processo de modificação no contexto social, e no sistema de ensino, a escola ainda não supre todas as exigências no âmbito da sociedade vigente.

Palavras – chave: Educação. Tecnologia. Trabalho.

### **ABSTRACT**

This work is aiming to re-read the history of Brazilian education addressing the technological process as a crucial factor in the development of the country, as well as their consequences in the educational field. In a time of great changes and advances, electronic devices were gradually being incorporated into our daily lives. These technologies have become indispensable to our lives by its many possible uses, means of learning, leisure, information and communication, and end up having a strong influence on how we act, think and communicate. We also see that education is strongly linked to economic development, and its power lies in how the country develops economically. We will approach the 30s to 2000 focusing on the process centralization/decentralization of education in a time of great social changes in the country. The school as a good professional trainer to work, although outdated, is reflected in today's society, even influencing the educational field. As such, there is a bibliographical research for data analysis, based on reflections of Libâneo, Gadotti, Frigoto, Silva and Xavier, and having as conclusive studies, the concept that education reflects remnants of past paradigms. Once that it can not completely eradicate an entire model of the educational structure at the expense of new.

While the process of change in social context, and in education, the school does not meet all requirements within the existing society.

Key - words: Education. Technology. Labor.

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Libâneo (2007), as escolas já dispõem de vários aparelhos eletrônicos, e isso nos mostra que a revolução tecnológica está contribuindo para o surgimento de uma nova sociedade. Uma sociedade marcada pela técnica, pela informação e pelo conhecimento. E o que caracteriza essa nova sociedade é o novo paradigma de produção e desenvolvimento, que está centrado na educação e no conhecimento. Pois, como afirma Libâneo (2007, p. 118), “essa centralidade ocorre porque a educação e o conhecimento passam a ser, do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico”.

Podemos perceber que o capitalismo globalizado está centrado na educação e no conhecimento, e que esses bens podem ser transformados e ampliados para o aumento de lucro e poder no mercado de trabalho, pois, esse novo mercado requer profissionais capazes de cumprir todas as exigências do mercado produtivo. No entanto, é papel da educação formar o indivíduo para uma nova sociedade, aonde o mesmo venha a ser capaz de participar efetivamente da vida social e política, cumprindo suas tarefas e responsabilidades. Pois, é através da educação que o homem se torna capacitado para assumir a responsabilidade da vida em sociedade.

Vivemos em um mundo em que a disputa por uma vaga no mercado de trabalho é constante, e o surgimento de um novo paradigma de produção, onde estão presentes as novas tecnologias, não disponibilizam um lugar para o trabalhador desqualificado no mercado de trabalho. De acordo com Libâneo (2007),

A desqualificação passou a significar exclusão do novo processo produtivo. Por isso, há lugar no novo sistema produtivo, para o trabalhador cada vez mais polivalente, flexível, versátil, qualificado intelectual e tecnologicamente e capaz de se submeter a um contínuo processo de aprendizagem. (p. 121)

Percebemos então, que o novo processo de trabalho requer flexibilidade funcional e um alto índice de qualificação da força de trabalho, pois, é por esse motivo que, ocorre simultaneamente o aumento da produtividade, da eficiência e da qualidade de serviços e produtos. Sendo que, a desqualificação dos trabalhadores se deu a partir da revolução tecnológica.

Com a chegada de máquinas modernas, o homem perdeu seu lugar no mercado de trabalho, sendo privilegiados apenas aqueles capazes de assimilar as novas tecnologias. A educação consiste na capacitação da mão-de-obra e na requalificação dos trabalhadores, com isso, ela consegue suprir o que é exigido pelo sistema produtivo e formar cidadãos sofisticados para um mercado de trabalho diverso e competitivo.

## **2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

O mercado de trabalho foi e continua sendo a principal referência da vida em sociedade, mas, é através da educação que o homem consegue seu lugar no mercado globalizado e adquire status na cidadania. Vale salientar, que o mercado de trabalho está disponível a pessoas que tem um compromisso com a educação, para que o mesmo venha mostrar dentro de sua área toda competência e desempenho.

A globalização representa um novo degrau ou etapa desse processo secular de mundialização do capitalismo, um momento em que as economias nacionais vão se enfraquecendo diante da maioria do mercado global. Segundo Libâneo (2007), a globalização trouxe graves problemas para a sociedade, pois o índice de desemprego e a exclusão social foi o resultado mais perverso dessa época. O progresso, a riqueza e os benefícios advindos dessas transformações não podem ser usufruídos por toda a sociedade, pois muitos são excluídos. Frigotto afirma:

Trata-se, antes, de disputar concretamente o controle do progresso técnico, do avanço do conhecimento e da qualificação, arrancá-lo da esfera privada e da lógica da exclusão e submetê-lo ao controle democrático da esfera pública, para potencializar a satisfação das necessidades humanas. (Frigotto, 1995)

Diante da transformação dos meios de produção e do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, a educação escolar tem tido um grande progresso na formação

profissional dos indivíduos, pois cada vez mais o mercado de trabalho está procurando profissionais qualificados. Há, atualmente, claro reconhecimento mundial e social de sua importância para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento técnico - científico e para o desempenho da economia.

De acordo com Libâneo (2007), é a partir da década de 80, que a questão da qualidade do ensino público para todos aparece como tema central. A educação busca um novo paradigma, para resolver os problemas da escola pública, mas esta não pode ser tratada nos parâmetros da qualidade economicista. Segundo Silva, 1995, “a escola não é uma empresa. O aluno não é cliente da escola, mas parte dela. É sujeito que aprende, que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida”.

A educação de qualidade é aquela na qual a escola promove cada vez mais conhecimentos e faz com que o indivíduo desenvolva a sua capacidade cognitiva, ou seja, que ele esteja apto a pensar criticamente na realidade para transformá-la, e não apenas para integrar o mercado de trabalho. O indivíduo tem que lutar por seus direitos e deveres, para que possa ter uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, o mais importante hoje, não é uma formação ampla, um conhecimento geral sobre o mundo, uma capacidade de aprender e de inventar outras coisas. Mais importante que saber informações, é aprender a aprender, saber pesquisar ou encontrar as informações. Como se vê, o caminho atual de desenvolvimento no sentido das indústrias avançadas ou de ponta passa necessariamente por uma mudança e uma maior valorização do ensino.

De acordo com Libâneo (2007), “a educação deve ser entendida como fator de realização da cidadania, com padrões de qualidade da oferta e do produto, na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social”. A educação pública tem três responsabilidades importantíssimas: fazer com que o indivíduo seja capaz de transformar o mundo, adquirindo cada vez mais conhecimentos, utilizando os recursos tecnológicos; trabalhar a tradição e os valores de cada um, respeitando as suas diferenças; preparar cidadãos para um pensamento crítico, autônomo e criativo.

As consequências da inversão de prioridades estariam, por exemplo, no abandono da democratização do acesso e da permanência de todos na escola básica em nome da qualidade do ensino. Dessa forma, nos leva a refletir sobre a responsabilidade do Estado e sobre a verdadeira tendência da escola.

O Estado envolvido com a filosofia neoliberal minimiza os investimentos e ações para a escola pública, onde a mesma está em decaimento, aonde muitas vezes

chegamos a pensar que é impossível desenvolver um trabalho de qualidade em todos os níveis escolares. Muitos atribuem o fracasso escolar aos professores, acusando-os de estarem desqualificados, mas sabemos que acusar é fácil, difícil é investir e melhorar as condições de trabalho para eles.

É importante lembrar que a educação é uma vertente da educação do Estado na organização da sociedade. Historicamente, a educação brasileira construída no processo de colonização desde o século XVI, caracterizou-se por uma dualidade: uma educação para ricos e uma para pobres e trabalhadores. Vale ressaltar, que esse modelo tem sobrevivido ao longo dos anos, o que indica a necessidade de uma análise crítica e a busca de alternativas para uma educação de qualidade.

A história da estrutura e da organização do ensino no Brasil mostra a situação socioeconômica do país, além disso, revela o panorama político de determinados períodos históricos. Na década de 80, no Brasil, observamos uma tendência neo-conservadora com uma clara diminuição do papel do Estado, de servidor de serviços públicos como saúde e educação.

Com os avanços tecnológicos ao longo da história, sempre procuram na escola um trabalhador cada vez mais capacitado e qualificado para ingressar no mercado de trabalho. Então, Libâneo (2007), indaga em relação ao papel social da escola que sua função é formar os cidadãos para o mercado de trabalho onde estes sejam participantes ativos do processo social.

Um dado alarmante é justamente a média do grau de escolaridade dos trabalhadores que é de aproximadamente 4 anos, dessa forma o Brasil dispõe de uma mão-de-obra desqualificada, prejudicando assim o processo de produção que tem sido a cada dia mais sofisticado. É de grande importância compreender que ao falarmos de educação e ensino é preciso fazer referência a outras questões que estão diretamente ligadas a elas: as questões econômicas, políticas e sociais.

### **3 O PROCESSO CENTRALIZAÇÃO/DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

A centralização e descentralização da educação será melhor compreendida levando-se em consideração o seu contexto histórico, pois a mesma trata da forma como se organiza a sociedade, bem como suas transformações sócio-culturais e o poder que a sociedade civil, militar e o Estado exercem sobre ela. É de fundamental importância, o

estudo do contexto histórico em cada época significativa em nosso país, para, a partir daí compreendermos como se deu esse processo, pois,

Por se tratar de um processo de distribuição, de redistribuição ou de reordenamento do poder na sociedade, no qual uns diminuem o poder em benefício de outros, a questão reflete o tipo de diálogo social que prevalece e o tipo de negociação que se faz para assegurar a estabilidade e a coesão social – daí sua relação com o processo de democratização conflituoso da educação nacional. (LIBÂNEO 2007, p. 134)

Destacamos pelo menos quatro fases distintas entre as décadas de 30 e o ano 2000, que mostram claramente o processo centralização/descentralização na educação brasileira. Numa 1ª fase temos a era Vargas (1930-1956). Esse foi o período das transformações sociais. Com a consolidação do capital industrial no Brasil, o país entra num ciclo de mudanças, influenciado pela revolução tecnológica.

Esse contexto foi marcado pela quebra da bolsa de valores Nova Iorque, paralisações das fábricas, falências bancárias, um alto índice de desemprego, fome e miséria, entre outros.

No contexto educacional, como afirma Libâneo (2007, p.134), “caracterizou-se como um período centralizador da organização da educação”. No entanto, com o avanço tecnológico a procura pela educação aumentou, crescendo significativamente o número de escolas primárias, secundárias e escolas técnicas. Um órgão importante que teve sua fundação nessa época foi o MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública), liderado pelo Ministro Gustavo Capanema que mais tarde liderou a reforma educacional Capanema.

Esse período também foi marcado por muitas reformas na educação brasileira entre elas a Reforma de Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A Reforma de Francisco Campos visava promover uma estrutura mais orgânica aos ensinos secundário, comercial e superior. E o Manifesto dos Pioneiros criado em 1932, consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação.

Participaram do Manifesto da Educação Nova: Antônio Ferreira de Almeida Júnior, Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira,

Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

O Manifesto conceituava uma educação nova, que alargasse as possibilidades de uma educação mais humana que exercesse sua verdadeira função social, onde todos tivessem acesso a mesma, em nível de igualdade, pois a educação na década de 30, no Brasil, apresentava um quadro crítico do ponto de vista do acesso e da permanência das crianças na escola, sendo também precária a oferta de ensino público a população.

Num segundo momento (1956-1964), denominado de período JK, ou “anos dourados”, o desenvolvimento, o modernismo, as mudanças econômicas, marcam o cenário dessa época. E havendo um crescimento econômico, conseqüentemente a educação também muda de rumo.

Há uma ênfase muito grande na educação voltada ao trabalho na indústria e ela passa a girar em torno de três eixos fundamentais: como elemento no processo de desenvolvimento; como móvel do desenvolvimento; e como papel chave na padronização da mão de obra.

Surgem então os movimentos de educação popular, visando uma sociedade com um nível de instrução compatível com o crescimento econômico, ou seja, era preciso alfabetizar as pessoas para que as mesmas produzissem mais e com melhor qualidade.

No entanto com o Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, a educação passa por um processo de descentralização do ensino, “o debate realizado durante a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), [...], instituiu a descentralização, ao determinar que cada estado organizasse seu sistema de ensino”. (LIBÂNEO 2007, p. 137)

A partir de 1964 inicia-se o período militar, caracterizando assim outra fase histórica, conhecida também como “os anos de chumbo”. Entre 1964 e 1985 instalou-se no Brasil a Ditadura Militar. Com o golpe militar o Executivo se fortaleceu novamente e a centralização das decisões no âmbito das políticas educacionais.

Nesse período o país passou por forte repressão, supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política, repressão e a “fragilidade do Legislativo, nesse período, impedia mais ainda a participação da sociedade, uma vez que esse poder era o mais próximo da sociedade civil”. (LIBÂNEO 2007, p. 137) Ou seja, a educação

ficou sob o domínio da Ditadura Militar, onde crescia cada vez mais a exclusão social associando a educação com as necessidades da indústria nascente.

A 4ª fase que vai dos anos 1986 a 2000, caracteriza-se como o período democrático, por haver aí uma retomada da democracia, um sistema econômico neoliberal, a globalização da economia, ou seja, uma retomada dos espaços políticos e da sociedade civil brasileira.

Com a implementação de novas pedagogias e políticas educacionais, e educação toma outro rumo. Extingue-se a compulsão pelo ensino profissionalizante e a partir daí os novos administradores passam a ter como “meta a descentralização da administração, como forma de gestão democrática da escola, com participação de professores, de funcionários, de alunos e de seus pais e também com eleição direta para diretores”. (LIBÂNEO 2007, p. 139)

Assim a centralização/descentralização está vinculada diretamente com as questões políticas que apresentam o contexto social de cada época, atreladas aos interesses econômicos e as questões de poder. Fica claro que a educação está baseada nas mudanças sociais, assim, ela fica sempre subordinada ao poder dos governantes, e apesar de hoje não ter um caráter compulsório em relação ao trabalho, não deixa de relacionar-se em suas entrelinhas com o crescimento econômico do país.

#### **4 O DEBATE QUANTIDADE/QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Foram as mudanças sociais, políticas e industriais que levaram intelectuais que tinham um espírito de renovação e mudancismo propícios para a discussão de questões nacionais do nosso país, que surgiu dois movimentos ideológicos. De acordo com Libâneo (2007), o debate qualidade/quantidade na educação brasileira começou cedo, no período de transição do Império para a república. Esses movimentos ficaram conhecidos como: O entusiasmo pela educação, surgido em meado dos anos 20 e teve um caráter quantitativo, pois tinha como ideia a expansão da rede escolar e a desanalfabetização da população.

Posterior a esse movimento, em meados dos anos 30, o país é palco de novas concepções desencadeadas pelo ideal do Otimismo pedagógico, esse movimento teve como objetivo tratar dos métodos e conteúdos do ensino, pois não bastava só a

quantidade, mas sim a qualidade. Pois as transformações políticas e o crescimento industrial desencadearam uma preocupação pela problemática da educação escolar. Xavier (1994, p. 18) enfatiza que: “insistiram na alfabetização como instrumento político (no sentido de aumentar o contingente eleitoral, já que era proibido o voto do analfabeto)”.

Porém, é inegável que a contribuição desses ideais tenha desempenhado um avanço nos problemas educacionais, haja vista que eles foram ciclos de reformas estaduais da educação. E o que se fez nessa época no Brasil se deve a jovens intelectuais, que mais tarde formularam um documento, que ficou conhecido como O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 32, onde propõem a escola única, fundamentado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação, tínhamos então os defensores da escola pública. Em oposição ao ideal desses liberais os defensores do nazismo e do fascismo, pois alegavam que os liberais destruíam os princípios da liberdade de ensino.

Instituída em 1934, a Carta Magna absorveu parte desses ideais privatistas e publicistas. Instituiu o ensino primário obrigatório e gratuito e conferindo ao Estado o poder fiscalizador e regulador das instituições públicas e privadas, apesar da constituinte ter absorvido mais as concepções publicistas, os católicos (privatistas) não ficara totalmente de fora, pois o ensino religioso tornou-se obrigatório na escola pública, em virtude disso, até os dias atuais esta lei está em vigor.

Porém a constituinte de 34 durou pouco tempo, pois foi imposta a Carta Constituinte de 1937, na qual inverteu as tendências da carta de 34 ao fazer o Estado abrir mão do ensino público, atribuindo-o a preencher as lacunas ou deficiências da educação particular. Em decorrência do desenvolvimento tecnológico, o país necessitava da reformulação das leis vigentes, para preencher as lacunas daquele momento, visto que a industrialização requeria pessoas capacitadas para trabalhar com o maquinário.

Assim, foram promulgadas as leis orgânicas e a chamada Reforma Capanema decretada entre 1942 e 1946, e teve como objetivo a profissionalização do ensino para preparar a mão-de-obra e suprir as exigências da industrialização. Porém, essa reforma não atendeu ao ritmo da demanda do capitalismo, por estar no seu início, não podia atender em curto espaço de tempo. Diante disso, o governo organizou um sistema de ensino profissionalizante em paralelo com a rede pública.

Assim organizou-se o SENAI e o SENAC, onde o primeiro era de responsabilidade das indústrias e o segundo do comércio. Essas instituições têm importância até os dias atuais. Foi nesse contexto capitalista que teve a tramitação da LDB em 1948, onde a maior parte das escolas particulares estava nas mãos dos católicos que criticavam os ideais do projeto.

Em oposição a essa postura, os intelectuais, estudantes e sindicalistas iniciaram uma campanha em defesa da escola com o Manifesto dos Educadores de 1959, que propunha o uso dos recursos públicos unicamente nas escolas públicas e a fiscalização estatal para as escolas privadas.

De acordo com Libâneo (2007), a falta de compromisso com o ensino público deteriorou o salário dos professores e as condições de trabalho, gerando greves. Diante disso houve uma preferência pelo ensino particular, e arraigando a falácia de que o ensino privado é superior ao ensino público.

Assim, vale ressaltar que não há homogeneidade em nenhuma das redes, mas sim, há boas e más escolas em ambas. Cabe enfatizar também que a crise econômica e o desemprego desencadearam um aumento na procura pelo ensino público, onde podemos perceber “a importância da educação pública no país para democratização da sociedade”. (LIBÂNEO 2007, p. 148)

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação brasileira foi marcada por uma tradição escolástica dos Jesuítas, em que os conteúdos dogmáticos de caráter religioso e, portanto, impossíveis de serem colocados em discussão, que implantou a escola, e apesar da saída dos seus fundadores, ainda permanece como base da escola brasileira, visto que nenhum paradigma pode erradicar por completo o outro.

Assim, novos paradigmas surgiram com o objetivo de solucionar as lacunas deixadas pelo ensino escolástico, e com isso, os escolanovistas desenvolveram projetos para colocar a população em paralelo com a modernização do país.

Percebemos que, assim como o ensino dos católicos, os escolanovistas também deixaram lacunas, no qual até os dias de hoje procura-se solucionar, mas isso

está longe de acontecer, pois, como o desenvolvimento econômico não é finito, nem tão pouco o ensino será, e a cada época ele se renova.

Portanto, a história da educação não tem fim, e sempre haverá intelectuais e professores que lutarão por um ensino que consiga trazer à escola a riqueza de novas concepções do conhecimento histórico e do ensino/aprendizagem. E assim, quem sabe, podemos construir um mundo novo onde o ensino possa possibilitar ao homem o desenvolvimento de suas capacidades crítica e reflexiva, “para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela”. (GADOTTI 1995, p. 18)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirsa Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Rinalva C. **Educação e qualidade**. Piracicaba: ed. Unimep, 1995.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo, 1994.